



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL**

**BACHARELADO EM HUMANIDADES – BHU**

**ANA ALICE MACIEL CAMELO**

**UMA ANÁLISE SOBRE ATUAÇÃO E RELAÇÃO MORADOR-POLÍCIA NO  
AMBIENTE DO MORRO DO CC (CENTRO COMUNITÁRIO)**

**REDENÇÃO-CE**

**2018**

**ANA ALICE MACIEL CAMELO**

**UMA ANÁLISE SOBRE ATUAÇÃO E RELAÇÃO MORADOR-POLICIA NO  
AMBIENTE DO MORRO DO CC (CENTRO COMUNITÁRIO)**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, para obtenção do título bacharel em humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Jr.

REDENÇÃO CE

2018

**ANA ALICE MACIEL CAMELO**

**UMA ANÁLISE SOBRE ATUAÇÃO E RELAÇÃO MORADOR-POLICIA NO  
AMBIENTE DO MORRO DO CC (CENTRO COMUNITÁRIO)**

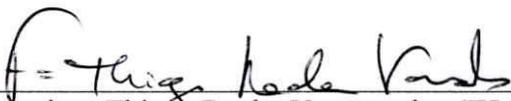
Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, para obtenção do título bacharel em humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

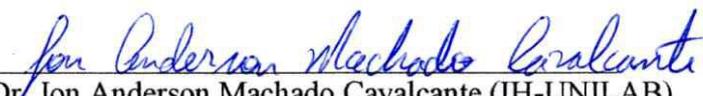
Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Jr.

Data de aprovação: 25/10/2018. Nota 9,5.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. James Ferreira Moura Jr. (IH-UNILAB)  
(ORIENTADOR)

  
Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (IH-UNILAB)

  
Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante (IH-UNILAB)

Ao Grande Espírito.

A minha mãe Ana Célia e minha filha

Maria Jade.

## **AGRADECIMENTOS**

Foram muitas as energias que possibilitaram a construção de tal trabalho. Porém, destaco meus agradecimentos, lembrando primeiramente das forças advindas das entidades cósmicas que se manifestam positivamente entre os mundos e na vida de todos aqueles que acreditam nelas, assim como eu.

Ao Prof. Dr. James Moura, pelos ensinamentos e esclarecimentos indispensáveis na realização deste trabalho.

À minha filha, que foi e sempre será minha garra e força de vontade de buscar sempre melhorar.

À minha mãe que sempre esteve do meu lado na caminhada até aqui, me aconselhando nos momentos mais difíceis.

Ao Leonardo Esteves que me ajudou nas questões mais complexas deste presente projeto.

À todos aqueles que direta e indiretamente me ajudaram na realização deste projeto, desejando força e me ajudando a pensar sobre as questões aqui debatidas.

“Quantos mais vão precisar morrer para  
que essa guerra aos pobres acabe? ”

Marielle Franco.

## RESUMO

Este presente projeto apresenta uma investigação teórica e social sobre as relações das forças do estado com as periferias, mais especificamente, é um estudo sobre as relações que ocorrem entre morador e polícia na comunidade do Centro Comunitário em Redenção-Ce. Observou-se uma dinâmica de descasos e turbulentas manifestações de forças externas sobre o ambiente das favelas e seus moradores, criando um estigma social e uma imagem negativa desses espaços. Estigma que reverbera um modelo desigual e desfavorável. É importante pensar sobre esses elos que acabam por criar um desequilíbrio na sociedade implicando negativamente nas classes menos favorecidas. Através da minha morada na comunidade, surgiu essa possibilidade de uma abordagem científica sobre o cotidiano desses locais. A pesquisa é uma análise qualitativa realizada sobre a comunidade do Centro Comunitário na cidade de Redenção, optei por uma análise que possibilitasse uma maior compreensão acerca dos fenômenos sociais. Através dos estudos de casos, em que o pesquisador busca referências de experiências da vida real de alguns moradores. Os entrevistados serão pessoas que tem papel social ativo dentro das vivências do local, que tenham vivenciado atitudes negativas advindos das forças policiais e que queiram expressar-se livremente sobre o caso. As entrevistas serão baseadas em diálogos flexíveis por meio das entrevistas semiestruturadas, onde a conversa se encaminha de maneira mais aberta em que se pode repetir, esclarecer perguntas e manter uma conversa fluida com o entrevistado. Além disso, busquei um maior aprofundamento nas obras de autores que contribuíram com trabalhos esclarecedores sobre os mais diversificados temas relacionados a esses estudos. Com a convivência na comunidade e os estudos literários foi possível fortalecer mais ainda uma compreensão de resistência elaborada pelos próprios habitantes desses locais. Onde, apesar das intervenções físicas e morais por parte do Estado, persiste uma manifestação de luta pela busca da valorização e do respeito e igualdade para com as favelas e seus moradores.

**Palavras-chave:** Favela. Estigma. Resistência.

## **ABSTRACT**

This present project presents a theoretical and social investigation about the relations of the forces of the state with the peripheries, more specifically, is a study about the relations that occur between resident and police in the Community Center community in Redenção-Ce. It was observed a dynamics of decays and turbulent manifestations of external forces on the environment of favelas and their inhabitants, creating a social stigma and a negative image of these spaces. Stigma that reverberates an unequal and unfavorable model. It is important to think about these links that end up creating an imbalance in society implying negatively in the less favored classes. Through my address in the community, this possibility of a scientific approach on the daily life of these places arose. The research is a qualitative analysis performed on the Community Center community in the city of Redenção, I opted for an analysis that would allow a greater understanding about social phenomena. Through the case studies, in which the researcher seeks references from the real life experiences of some residents. The interviewees will be people who have an active social role within the local experiences, who have experienced negative attitudes coming from the police forces and want to express themselves freely on the case. The interviews will be based on flexible dialogues through semi-structured interviews, where the conversation moves in a more open way in which it is possible to repeat, clarify questions and maintain a fluid conversation with the interviewee. In addition, I sought a deeper understanding of the works of authors who contributed with illuminating works on the most diverse topics related to these studies. With the coexistence in the community and the literary studies it was possible to further strengthen an understanding of resistance elaborated by the inhabitants of these places. Where, despite the physical and moral interventions by the State, a manifestation of struggle continues for the search of the valorization and the respect and equality with the slums and their inhabitants.

**Keywords:** Favela. Stigma. Resistance.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CC	Centro Comunitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	<b>16</b>
<b>3. OBJETIVO GERAL</b>	<b>17</b>
3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
<b>4. REVISÃO DA LITERATURA</b>	<b>17</b>
4.1. CONCEPÇÃO HISTÓRICA DO TERMO FAVELA E SUA SIGNIFICAÇÃO	18
4.2. ESTIGMATIZAÇÃO DA POBREZA E A OPRESSÃO DO ESTADO	20
4.3. POLÍCIA: VIOLÊNCIA X JUSTIÇA SOCIAL	23
4.4. LUTA E RESISTÊNCIA	26
<b>5. METODOLOGIA</b>	<b>27</b>
5.1 TIPO DE MÉTODOS	27
5.2 TÉCNICAS UTILIZADAS	28
5.3 DESCRIÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO	29
5.4 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES	29
5.5 ANÁLISES REALIZADAS	30
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As favelas são os resultados da constante modernização das cidades e dos processos elitistas presente desde os primeiros processos "civilizatórios". Com a expansão rápida dessa evolução civilizatória, os movimentos de crescimento das camadas populares aumentaram e minimamente eram direcionados recursos básicos a estas camadas. O descaso do poder público é aspecto nítido na construção histórica das cidades.

A difusão do pensamento de equidade social bem como a marginalização do mercado de trabalho frente às periferias, propiciou um volante ativo de combate ao preconceito e a violência gerida pelo Estado para com os “periféricos”. Bem mais que um idealismo, se fundamenta como uma forma de retaliação à situação de descaso de políticas públicas e se conjectura como um modelo de enfrentamento social ideológico anárquico.

Mediante ao contexto de incredulidade ao indivíduo residente da favela, com uma ótica de um agente que pode elevar conceitos e modelos para uma nação, na perspectiva de uma visão característica das oligarquias, a forma mais conveniente de combater o desequilíbrio da sociedade e o caos é a partir da divisão de classes. Esse pensamento só alimenta a ideia que indivíduos vindos da periferia não podem ter ou adquirir “instrução cidadã” que acarretará em atuações nas ciências, no modelo político e humano do país. Como apresentada por (Moura e Ximenes, 2016);

A identidade social estigmatizada de pobre é lesiva, porque as sociedades estruturam essas identidades em aspectos pressupostos, ou seja, em formas cristalizadas de reconhecimento do indivíduo. Ela impede o processo de transformação da identidade metamorfose, enfraquecendo as possibilidades de mudança tanto do indivíduo reconhecido por esse prisma indentitário estigmatizado, como das políticas de identidade presentes na sociedade.

Nessa possibilidade, se enxerga a presença do anarquismo na resistência desse povo, e da instituição de políticas internas próprias. Essa politização funciona como um elemento fundamental de preservação de culturas, pensamentos e manifestações descendentes. Logo, a estigmatização da pobreza nessa vertente busca envolver um

contexto de identidade e “propriedade” de um grupo, que é reprimido física e moralmente por elementos externos, avulsos as suas particularidades e potencialidades.

Este trabalho é resultado de uma análise de campo qualitativa, realizada na comunidade do centro comunitário da cidade de Redenção-CE. Atualmente, muito se tem debatido acerca da criminalidade, estigmas e os mais variados tipos de violência que se desenvolvem dentro das comunidades e bairros menos favorecidos. Os conflitos herdados dessa crescente modernização urbana se expandem cada vez mais, dificultando as margens urbanas, espaços onde as forças públicas não se fazem presente de forma significativa e eficaz.

Na secção 4.1, será abordado sobre o processo originário acerca da concepção histórica do termo favela e sua significação. Segundo (SILVA, 2017), O nome favela desde o princípio traz consigo um significado de descaso e um estigma caracterizado pela desigualdade e criminalização presente. Tendo partido da ocupação dos combatentes da guerra de canudos em um morro, que em seguida foi batizado como favela por características de um favo que pertencia a vegetação local. O significado discriminatório ocasionou diversas precariedades que se davam nesses espaços, além de um histórico de criminalidade latente que acabavam por prejudicar ambientes externos à comunidade. Principalmente áreas marcadas pelos processos elitistas, o que culminou no desconforto por parte desse grupo. Com o passar dos tempos a denominação favela passou a ser desvalorizada pela negatividade posta de uma maneira estigmatizante sobre a palavra, e passando a ser mais reconhecida pela nomenclatura comunidade.

A pobreza sempre foi característica latente dentro desses espaços, os descasos do poder público e o crescimento industrial contribuíram para o aumento dos índices de pobreza e desigualdade atingindo com mais intensidade as classes menos favorecidas. A pobreza sempre teve presença efetiva nos processos históricos dessa sociedade. Sendo reflexo de uma expansão de mercado, e característica bem-sucedida de um sistema de capital que deu certo, o termo pobreza traz em si um estudo bem mais aprofundado nas concepções históricas, e é exigido além de uma compreensão linguística, também toda uma análise histórica sucessiva de significação da palavra.

Na secção 4.2, discorreremos de maneira sucinta a representação da significação de pobreza num aspecto geral do plano de metas para transformação mundial. Destaco os índices relacionados à pobreza nos últimos anos, nos planos de desenvolvimento da

ONU, a este termo estaria colocado em um ponto importante, onde a meta principal é dar fim a pobreza extrema no mundo. O relatório da ONU revela uma significativa queda nos números de pessoas que se encontravam nessa condição.

Se faz necessária uma compreensão nas diversas linhas das concepções sobre pobreza, existem duas representações teóricas, a primeira fazendo menção aos fatores biológicos do sujeito, e a segunda atenta-se a construção social do indivíduo e seus processos de adequação no meio. Essas abordagens acerca dessa problematização, ocasionaram em uma construção histórica de estigmas negativos. Esses fatores negativos geram uma lesiva relação do sujeito com o espaço, pois cria-se uma barreira imaginária de desconforto na identidade do indivíduo. Essa construção histórica transmuta aspectos negativos do meio externo no indivíduo, afetando o reconhecimento de sua real identidade enquanto sujeito formador e transformador do espaço.

Indo em direção oposta aos índices mundiais de acordo com os dados do IBGE, no Brasil o nível de desigualdade obteve um avanço significativo, onde cresceu os índices de diferença das condições entre ricos e pobres. Se faz importante uma análise sobre esses dados pois os mesmos acabam por reforçar uma hierarquização de classes, onde a parcela desenvolvida ocupa o lugar no topo, enquanto os que não tem condições melhores ficam à mercê de condições insalubres de sobrevivência, ocupando a base menos desenvolvida. Essa hierarquia de valores traz consigo uma conflituosa relação onde quase sempre os que saem perdendo fazem parte da classe menos favorecidas.

A ideologia do sistema de capital nos traz um reflexivo estudo do lugar do pobre nesse meio. O sujeito passou a ser coisificado e pré-determinado quanto ao seu espaço, o rico tem seu lugar, assim como o pobre. O autoritarismo político enraizado em nossas bases, é visualizado enquanto fator negativo que concretiza a tensa repressão posta sobre os indivíduos determinados como pobres. Percebe-se a superioridade da esfera desenvolvida, e concomitante a ela o sentimento de intolerância onde prevalece na elite um desejo de limpeza nos mais variados contextos sociais. Relacionando o pobre a um fator indesejado do desenvolvimento.

O ambiente das favelas sempre foi marcado por contínuas repressões vindo por parte das forças do Estado, numa tentativa de manter os privilégios da elite sobre esse povo. A caracterização desses sujeitos, é resultado de um sistema racista de reconhecimento, onde o padrão que se adequa às classes altas faz parte do perfil branco

burguês, herança do colonizador e o perfil que se adequa às classes baixas é o do negro, atributo imposto sobre o escravizado. Essa associação negativa ao preto pobre traz à tona não apenas os conflitos de cunho racial, mas também um determinado desajuste nas outras subdivisões do todo social. Seja conflito ligado as matrizes religiosas quanto as matrizes econômicas.

O que mais se reconhece como característica dos centros periféricos são as críticas negativas e as relações de estigmas e discriminações, onde o espaço é relacionado apenas a contextos desfavoráveis, onde prevalece a falta de infraestrutura, e escassez de direitos básicos à sobrevivência. São perceptíveis as desvalorizações e negações de direitos nas próprias pautas governamentais, onde as comunidades não recebem a devida importância nos processos de modernização. Enfatizando não apenas o descaso do poder público, mas também um projeto histórico de exclusão social.

Se nesses lugares fossem investidas políticas públicas que gerassem uma maior qualidade de vida para os indivíduos formadores desses espaços, acarretaria em um desequilíbrio no atual sistema aristocrata. Para não gerar o descontrole nesse modelo atual, as forças da aristocracia vêm promovendo um plano de limpeza étnica, que se concebeu desde o processo inicial de formação das favelas. A visualização desses espaços como ponto de partida das mazelas sociais foi o primeiro passo para a realização de um plano de controle, onde o estigma do preto pobre passou a ser o principal alvo desse monitoramento elitista.

Apesar desses fatores de repressão para com o povo pobre, gerou-se também uma resistência e uma construção de auto reconhecimento enquanto sujeito frente a sociedade. O enfrentamento dessas realidades sociais permite ao indivíduo uma ascensão de identificar-se enquanto ativo transformador de realidades sociais, bem como suscita no Ser uma busca pela modificação do todo, em uma luta pelos valores e justiça. Vale ressaltar que para que ocorra uma revolução sistemática de valores se faz necessária um trabalho árduo de quebra de estigmas e uma participação de todas as categorias sociais predominantes.

É importante a valorização da luta de resistência que marca essas gerações estigmatizadas. O reconhecimento das representações formadoras dessa categoria social, é o acesso da percepção que refaz os significados e valores de toda uma sociedade, desconstruindo as diferenças entre pobres e ricos, e assim trazendo uma visão da

sociedade como um todo. Onde a multiculturalidade é um caminho positivo para o equilíbrio social.

Na secção 4.3, é feita uma análise contextual entre os desafios para a obtenção de uma justiça social plena e a reação do sistema aristocrata com preponderante ação de agressões. A crescente e visível violência incorporada nesses espaços, trouxe diversos significados, olhares e projetos pautados de “melhorias”. E exatamente nesse ponto que as significações começam a modificar-se, e os termos usados por pessoas de fora e de dentro ganham outros significados e concepções que podem ou não acarretar relações de conflitos dentro dessas zonas. Esse embate adquire maior proporção quando as políticas de segurança pública não são pautadas na estratégia e na inteligência, o que alimenta que atividades ilícitas presentes em qualquer espaço social sejam apresentadas e escancaradas como exclusivas dessas comunidades.

A militarização das comunidades em forma de ocupações por parte do Estado já apresentou diversas falhas e deficiências. Os casos experimentais no Rio de Janeiro com as Unidades de Polícia Pacificadora mostraram o total despreparo das corporações em conciliar conflitos e situações nesses espaços, bem como a falta de promoção de cultura e lazer por parte das autoridades. Assim, a polícia tem como finalidades a estabilidade comercial do Estado, garantindo que a renda não seja segmentada com o mercado informal (trabalhador autônomo de baixa renda) ou com o tráfico não coagido, e para garantir a estagnação de ideais, se tornando um capataz para reprimir revoluções que agem em defesa do pensamento de libertação, de equidade, contra o conservadorismo e das manifestações de identidade. Logo, vale destacar que quase na sua totalidade, a presença contínua da polícia dentro das favelas mais contribui para um hábito de violência e intolerância do que uma proposta de espaço coeso de diferenças e formação de humanidade plena.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Refletir sobre a rotineira violência dentro das comunidades, é crucial para a idealização de um novo roteiro de políticas públicas direcionadas a estes locais. Os projetos de modernização social, sistematizado em um modelo desigual é o ponto de partida para diversas outras dimensões de conflitos sociais.

Nessa mesma perspectiva, se faz importante análises compreensivas sobre as interpretações criadas e enraizadas nesses centros “marginalizados”. É frequente a

relação de estigmatização negativa entre as periferias e a sociedade externa a ela. Refletir sobre essas questões e considerar as percepções do sujeito frente as mesmas, se faz de extrema importância, pois considera-se não apenas o estado do todo social, mas também a intrínseca e extrínseca relação do sujeito com o espaço.

É relevante pensar nos indicadores externos como características influenciadoras na construção histórico social desses lugares. Assim como fazer um recorte para uma melhor apreensão sobre as forças de controle exercidas negativamente dentro desses ambientes. Forças pertencentes a um sistema excludente e historicamente pautado em uma base segregacionista.

As relações do Estado com as comunidades menos favorecidas vem tomando uma característica cada vez mais turbulenta. Provocando um declínio social caracterizado pela violência e a desigualdade, pondo em desvantagem o sujeito pertencente a “classe pobre”. Porém, apesar da importância das representações negativas, também é fator significativo a percepção do sujeito marginalizado enquanto força de resistência e luta pela igualdade. Bem como o reconhecimento das comunidades enquanto dimensão conjunta com o todo social, assim, merecedora de políticas públicas pautadas na valorização e na contribuição positiva para com estes espaços.

Agregando o aspecto humano como centro da discussão, é coerente se fazer uma análise da perspectiva econômica e cultural do “favelado” numa concepção que o mesmo tem muito a contribuir e adicionar as políticas públicas e a compreensão de sociedade, eliminando o conservadorismo pautado na recusa e difamação dos mais carentes e excluídos. Projetos como este contribuem significativamente para o fortalecimento da resistência de todo um povo marcado pela estigmatização e pelas ações desfavoráveis impostas tanto pela sociedade quanto pelas autoridades governamentais do país. Finalmente, apresentando como ponto chave uma compreensão crítica frente às ações negativas das forças externas e a resistência interna desses sujeitos.

### **3. OBJETIVO GERAL**

- Analisar a percepção de moradores/as sobre a atuação da polícia e criminalização da pobreza na comunidade do Centro Comunitário

#### **3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever o cotidiano da comunidade do Centro Comunitário
- Compreender os episódios de violência realizados pela polícia na comunidade;
- Analisar a relação entre a atuação da polícia e a criminalização da pobreza na percepção de moradores/as do CC;

### **4. REVISÃO DA LITERATURA**

#### **4.1. CONCEPÇÃO HISTÓRICA DO TERMO FAVELA E SUA SIGNIFICAÇÃO**

A concepção do termo favela foi pronunciado em meados do século XIX com a Revolução de Canudos nos anos de 1896 a 1897, um dos morros ocupados (Morro da Favela), tinha em seu território uma planta que produzia sementes leguminosas em forma de favo que eram conhecidas pelo nome de favela, por esta singularidade explica-se a nomenclatura do lugar. Com o tempo outro local passou a ser ocupado, o chamado morro da Providência, que recebeu logo depois o nome de morro da favela, em referência ao de origem. Deste então ambientes ocupados em morros que possuíssem custos de vida baixo, com abrigos com pouco estrutura e apresentam escassez nas necessidades básicas de um sujeito passaram a ser chamados de favela (SILVA, 2017).

Descontinuando a origem da palavra e adentrando nas linhas das concepções sociais, o termo favela tomou um significado pejorativo e agregado a estigmas de desigualdade social; pobreza, altos índices de criminalidade, falta de infraestrutura básica, ausência de pautas de melhorias do governo, entre outras. A visibilidade desses locais apenas se dá a aspectos negativos como a violência e a miséria. Não se vislumbra de um ponto de vista crítico uma singularidade entre a interiorização da favela como aspecto gerado pela exclusão de direitos de bem comum (GONÇALVES E NASCIMENTO, 2011).

Com o passar dos anos e com o aumento da criminalidade dentro dessas zonas, o uso do termo favela tornou-se um adjetivo ofensivo e de desvalorização, carregando um significado depreciativo. Dado isso, surge o uso do termo comunidade numa tentativa de amenizar os estigmas objetivados a estes locais, reelaborando seus significados, de uma zona de desconfortos para um espaço legitimado e composto por pessoas que apesar das condições desfavoráveis possuem clareza nas suas percepções e nas necessidades de mudança no ambiente em que habitam. Ressaltando que, apesar dos bons sentidos nas ressignificações esses termos podem acarretar problemas de distanciamento entre os moradores desses bairros e em alguns casos atos discriminatórios provocados pelos próprios.

Foi no início do século XIX que esses conglomerados começaram a crescer e se transformar em um problema para a burguesia da cidade, o Estado deu início ao processo civilizatório nesses espaços que visavam a limpeza da cidade. Um dos projetos de leis da época ficou conhecido pelo que gerou a **Revolta da Vacina** (JUNIOR, 2018), os sujeitos que faziam parte desses lugares eram visualizados como alvos das epidemias que circulavam na cidade, como se estas tivessem lhes vindo automaticamente. Esses projetos que se davam na maioria das vezes como ferramentas de exclusão deixaram várias famílias vendo-se obrigadas a saírem de suas casas, partindo para lugares que não eram valorizados pela elite aristocrática acarretando no crescimento dessas ocupações e expandindo as carências que assolam esses espaços. É importante destacar o descaso do poder público no decorrer dessas épocas, bem como, conhecer o processo que culminou a atual situação.

Pobreza, “Estado ou qualidade de pobre. Falta do que é necessário para viver. Escassez; falta. Penúria. A classe dos pobres: as súplicas da pobreza” (FIGUEIREDO, 1913), a pobreza manifesta-se em variáveis formas e espaços, nos contextos atuais ela cresce a nível mundial, a medida que o sistema de mercado cresce, concomitante a ele também aumenta o nível de pobreza e na maioria dos casos atingindo a população menos favorecida. Essa desordem social é a representação bem-sucedida de um sistema que obteve êxito, e que esses fatores negativos se tornam inevitáveis frente ao caminhar do sistema capitalista. A pobreza tornou-se o reflexo da expansão do mercado mundial, apesar da normalidade no uso da palavra, esta recebe uma significação bem mais complexa e sobrecarregada de uma carga que envolve não apenas signos linguísticos,

mas toda uma problemática social. É impossível pensar nesse conceito sem relacionar a um processo histórico e ligado a sociedade.

Se faz necessário perceber a complexidade aliada às diversas manifestações da pobreza e percebê-la não como semelhante a desigualdade e sim, percebendo seus múltiplos fatores sociais, políticos e econômicos que acabam suscitando os altos índices de desigualdade e agravando as causas das classes menos favorecidas. A escassez de recursos financeiros que assolam os centros periféricos urbanos, resulta na falta de provimentos básicos para a sobrevivência humana e provoca a não inclusão social e econômica dos indivíduos pertencentes a estes locais.

Esse vazio social e econômico minimizado pelas estratégias estatais e midiáticas só revelam uma política de eufemismo burocrático, exclusiva e aliada a elite aristocrata. “Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada.” (Rocha, 2006, pg 8).

## **4.2. ESTIGMATIZAÇÃO DA POBREZA E A OPRESSÃO DO ESTADO**

Uma das pautas discutidas e assentadas na reunião que ocorreu em 2015 com os 193 estados membros da ONU foi um projeto denominado ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável), juntamente com questões de pautas financeiras no qual o fim comum seria dar fim a pobreza extrema no mundo. Nessa reunião foi acordado uma nova meta de comprometimento com o social e ambiental, visando uma transformação mundial que ficaram nos planos de metas a serem auferidas na agenda que se estendia até o ano de 2030 (RELATÓRIO ANUAL VOLUNTÁRIO, 2017). De acordo com relatório divulgado pela ONU no ano de 2016 houve uma queda significativa nos índices de pobreza no âmbito mundial, onde as estimativas de pelo menos 1 bilhão de pessoas saíram da situação de pobreza em que estavam inseridos (*THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS REPORT*, 2016).

Rocha (ROCHA, 2006, p.11) aborda dois conceitos de pobreza, absoluta e relativa. A primeira diz respeito à sobrevivência física, envolvendo hábitos alimentares, e adequações de necessidade nutricionais que dizem respeito às condições em que o sujeito está vivendo. O segundo pensa a adequação social, onde o indivíduo tem suas necessidades vinculadas à sociedade em que ele está situado. Nenhuma das duas possui limites claros de observação. Na mesma linha de pensamento os autores Moura e Ximenes (MOURA E XIMENES, 2016), percebem essa construção histórica como fator lesivo, que transmutam características do externo social no indivíduo bem como

provocam uma intrínseca subjetividade de reconhecimento próprio, afetando toda uma cadeia social de sujeitos.

No Brasil os índices de desigualdade social se agravaram consideravelmente, caindo 19 posições nas condições de diferenças de renda entre ricos e pobres, no mesmo ano o número de pessoas que se encontravam em situação de pobreza extrema obteve um acréscimo de 1,0%, crescendo de 2,8% para 3,8% equivalente a 6,8 milhões de pessoas, segundo fontes de coletas de dados da população brasileira (IBGE, 2008).

A incorporação desses dados à proposta do presente trabalho visa significar que o panorama de acessibilidade às políticas públicas primordiais a inclusão cidadã promove não apenas situação de conflito, mas condiciona a um estado de hierarquia social delimitando um modelo de sociedade que não é pautado nos princípios de igualdade. Os caprichos e interesses da pequena esfera desenvolvida, capitalista e ideológica do mercado financeiro. Da Matta (DA MATTA, 2010, pg.79), traz uma reflexão sobre o determinismo “econômico” e das “forças produtivas” em que estamos situados, observando a hierarquização plena com essa deliberação que acaba por concretizar o todo. Direciona-se e põe definitivamente cada coisa em seu lugar e enfatizando a necessidade do autoritarismo político em que se firmaram nossas bases. Nesse ponto posso entrar na discussão acerca das relações dentro das favelas onde é notória a tensa presença desse autoritarismo político, manifesto nos aspectos de repressão moral e física para com os indivíduos que formam estes espaços. Percebe-se o sentimento de intolerância e superioridade racial da classe elitista, no qual o sentimento de “limpeza étnica” busca promover o “equilíbrio” do modelo de sociedade capitalista.

Nessa concepção, usar de atos ilícitos e violentos para com essas conglomerações (favelas) é uma forma que o estado político busca para manter e consolidar seus privilégios. A busca por modelos de indivíduo para marginalização sempre foi característica da elite, logo, qualquer caracterização que fugisse do perfil ariano (branco) deveria ser perseguido e eliminado. Da Matta (DA MATTA, 2010, pg.81), faz referência a Gobineau, um dos maiores defensores das doutrinações racistas, e defensor da superioridade da raça ariana (“raça branca”), e com conclusões históricas biológicas que defendiam a existência de uma linhagem pura de indivíduos, reforçando uma representação dominante perante as outras. O autor destaca também o notório prestígio que os brasileiros dão aos ideais vindos da Europa e EUA, o “arianismo” com sua junção biológica e social vinculada a um pressuposto de moralidade foi logo muito

bem acolhida e de certa forma preservada até então. A associação do dueto preto\pobre traz conflitos não apenas por ideologias raciais, mas por diferenças religiosas e cooperativadas.

Nas favelas os aspectos negativos acabam por ganhar destaque, onde apenas se ver que nesses espaços não há o mínimo de infraestrutura para uma condição de vida básica, não existe saneamento, e não se perfaz uma representação governamental de valorização, que possa assegurar os direitos básicos tanto da sua estruturação quanto social. Bem se percebe que esses pontos não são apenas falta de olhares das autoridades maiores a estes locais, mas se expande a um aspecto de projeto de exclusão histórico moderno. Se esses locais tiverem condições mínimas de sobrevivência mais acessíveis, que gera diretamente ambiente físico mais harmonioso, seria conseqüente uma maior possibilidade e perspectiva de ascensão social que iria caracterizar um desequilíbrio no modelo burguês. Atrelada a essa ideologia, está difundida o conceito de “antídoto social” designado pela Revolta da Chibata, no qual todas as mazelas da sociedade têm origem nesses locais, logo a extinção controlada dos estereótipos marginalizados seria uma forma paralela de garantir a continuidade de padrões sociais modelados. Todos esses fatores levam a uma resistência dentro desses locais fundamentados no sentimento de equidade de oportunidades e do reconhecimento de sua própria identidade frente a sociedade. Considerando que a multiculturalidade deve ser vista como uma vertente positiva para o desenvolvimento, e não uma forma de estagnação evolutiva.

O indivíduo é portador de potencialidades que são inerentes a sua constituição humana concebidas na “agência”, a mesma, refere-se a capacidade da identidade humana de se transformar e de modificar a realidade por valores de justiça social. Desenvolver ideias que combatem a estigmatização da pobreza e de mudança social requerem colocações efetivas de todas as classes no processo social e político (MOURA E SARRIERA, 2016).

Deve haver a constante atividade de estudo e valorização da memória do povo e das qualidades atribuídas por esses variados grupos, tal exercício faz frente ao depreciamento do oprimido. Assim o reconhecimento positivo nas comunicações e na difusão oral sobre a identidade comunitária se torna um grande elemento de enfrentamento a realidade de estigmatização da pobreza.

Políticas públicas educacionais direcionadas para a população mais pobre como o PROUNI, o PRONATEC e as cotas são uma instrumentalização para que os indivíduos das favelas manifestem suas agências. Os ingressos por essas oportunidades funcionam como estratégias de enfrentamento à realidade de desigualdade, criando uma reflexão crítica contínua do indivíduo e sobre a necessidade de uma posição ativa no mundo globalizado.

#### **4.3. POLÍCIA: VIOLÊNCIA X JUSTIÇA SOCIAL**

É pertinente perceber aqui, as múltiplas faces e fases da desigualdade social, desde que o indivíduo considerado “diferente” recebia tratamento distinto do restante da sociedade, ou poderia dizer, dos brancos. Da Matta (DA MATTA, 2010, pg. 81), mostra como os parâmetros judiciais generalizadores sempre foram características bases dessa sociedade moderna hierarquizada, as leis exclusivas dão amparo a uma visão social divisora e conflituosa. E o que era antes compreendido como um sistema colonizador, agora é visto como o divisor das classes, ou a hierarquia de valores, onde os indivíduos são categorizados e distinguidos recebendo um significado de objetivação onde a partir disso o mesmo recebe um posto adequado para sua categoria enquanto indivíduo social. O mesmo nos traz pontos significativos sobre a crise desse modelo hierárquico, herança da proclamação da república e da abolição da escravatura, havia de se criar aí um novo método separatista. Ou como o próprio autor chama, surgiria uma nova ideologia, a mesma mantendo uma certa hierarquização percebidas nas relações de patrão, e o que conhecemos como racismo. Os escravos receberam uma farsante libertação, prometida no papel e negada socialmente.

Logo a violência para com os indivíduos dos morros e comunidade carentes é reflexo de uma política de exclusão de participação ideológica e humana. Assim, a tortura promove o medo, e o medo transitivamente promove o recuo de qualquer atividade de retaliação por parte das pessoas na favela. Tal ação também é alimentada por uma legislação social que obedece aos interesses burgueses que acaba balanceando as atividades criminosas para os habitantes da favela, como se a execução de um ato ilícito por parte de um indivíduo se desse única e especificamente por sua necessidade humana, desconsiderando seus princípios e valores.

Assim, as forças de segurança do estado se tornam instrumentos da máquina capitalista, promovendo e difundindo o cenário de violência constante como estado de

arte. A fraternidade intrínseca dos diferentes modelos de sociedade em um determinado espaço vai se tornando refém do cenário anterior. A reação imediata de caráter social vai assim tomando proporções incalculáveis, de modo que conforme esse panorama de exclusão se intensifica, as pautas e concepções de luta e bem comum vão se tornando cada vez mais de interesse particular.

Um dos volantes do Estado atuantes dentro das favelas é a polícia militar, e na grande maioria dos casos o que se dar entre os habitantes desses lugares e as forças policiais, é uma relação conflituosa e com bases violentas partindo de ambos os lados. Perceber as vivências e os focos de violências deflagrados rotineiramente dentro dessas comunidades se torna de grande importância para compreender também a luta cotidiana das pessoas que vivem e presenciam constantemente esses focos. Bem como analisar uma perspectiva que implica nas relações externo a comunidade, seja econômica, com a rotina para o trabalho ou seja socialmente, criando uma barreira para inclusão e para ascensão social desses sujeitos. Quero mostrar aqui não uma polícia semelhante aos parâmetros constitucionais, que age como preservadora da segurança coletiva e bem-estar social, mas como uma polícia política e segregada. Como bem destaca Bretas e Rosenberg (BRETAS E ROSEMBERG, 2013, pg. 163), a ação política sobre a polícia permitiu criar um cenário de exceção, vestígios de uma política de estado ditatorial onde grupos específicos são os principais alvos desse regime de opressão:

“(...)Esses estudos destacam os grupos étnicos e facções políticas — italianos, judeus, alemães, japoneses, comunistas, anarquistas — que se mostraram mais afeitos às exações de policiais, que serviram sempre como instrumento destacados para a racionalidade repressora do Estado” (BRETAS, ROSEMBERG, PG 163, 2013).

Nesse destaque de grupos étnicos é plausível um direcionamento ao crime organizado é uma problemática atual na construção do novo panorama de segurança pública no Brasil. Há vários relatos e estatísticas sobre as situações diárias de violência extrema produzidos pelas facções criminosas e seus corpos, mas paralelo a esse cenário, há estudos que têm demonstrado que a criminalidade tem parcela efetiva na “pacificação” das regiões periféricas, sobretudo, quando tais elementos buscam eliminar a atividade policial nesse meio. Segundo Loche (LOCHE, 2010), há três critérios para que a polícia se adeque da força letal: (1) A estreita relação entre policiais mortos e civis mortos; (2) as razões entre os policiais mortos e os civis feridos pelas forças policiais; (3) a proporcionalidade de civis assassinados pelas polícias em comparativo com o total de homicídios de caráter doloso. Se a numerologia de civis mortos é diretamente maior

que o número de policiais mortos, se as ações de intervenção policial geram mais assassinatos do que feridos, e se essas mortes proferidas pelas polícias consolidam a maioria do efetivo de homicídios, logo pode-se concluir que a polícia está se adequando excessivamente da força letal como prática de “trabalho”. Nessa vertente, é corrompida o direito de habitação civil, pois a truculência policial desafia o estado de cidadania e nossa (semi) democracia. Logo a crença positivista que a implantação da democracia geraria uma elevação nos patamares de respeito individual e coletivos e ações defensoras dos direitos humanos, atrelada à uma ideia liberal que o surgimento da mesma, viria a trazer, o Estado de Direito. No Brasil, a transição democrática pouco se alterou em relação às práticas ultrapassadas, de repressão e autoritarismo das polícias, que sem controle do estado democrático, continuam a agir de maneira tosca e a exercer sua excessiva autonomia. Essa autonomia não para fins igualitários e de humanização, mas para fins funcionais de preservação de poderes ao estado e seus beneficiários. Essas práticas contrárias aos direitos humanos continuam em atividade pela omissão dos órgãos estatais que deveriam agir pela legalidade das ações policiais, como o Ministério público e a Justiça.

Neste cenário, há uma concepção ainda mais clara das forças policiais como instrumento de exercício de poder pela da mão do Estado, mediante a crescente expansão do crime organizado e das atividades milicianas que assolam os locais periféricos das médias e grandes cidades brasileiras. A garantia da conservação de hierarquia social faz-se assim efetivada por esse agente, que em períodos de atividade política de escolha e em eleições, usam do panorama desastroso e de futuro de projeções negativas para promover uma “melhoria social” do direito à habitação e moradia, para consolidar de forma ainda mais concreta um estado de oligarquia e segregação social.

É notório que a atividade policial funciona como uma ferramenta para a garantia da hierarquia social, tendo em vista que o seu próprio corpo é hierárquico. Além disso, a mesma potencializa a criminalização dentro das favelas ao invés de ser o principal elo inicial de diálogo entre população desses ambientes e estado. A estigmatização das favelas por esse componente é uma temática relevante cordialmente, as falidas políticas de UPP’s do Rio de Janeiro, por exemplo, mostram o total despreparo na pacificação nos morros. Percebe-se uma relação estreita e constante entre órgãos da segurança pública e o tráfico de entorpecentes. Esse estreitamento força cada vez mais que os

indivíduos desses locais se marginalizam, gerando um ciclo vicioso de prática e habituação.

As manifestações de violência dos corpos policiais agregam então além da ideologia do estado capitalista, uma prática de perseguição ao estereótipo do suburbano, buscando quebrar e disseminar qualquer manifestação de particularidade, de pensamento ou de atividade que o mesmo considere subversivo e xenofóbico. Nesse âmbito, as pessoas que vivem diariamente nesse contexto de rotulação, se sentem coagidas a participar do processo político das cidades, pois são constantemente observadas pela mão do estado e pelo mercado ilegal do tráfico, interferindo no direito individual de escolha de prescrito para qualquer estado democrático.

#### **4.4. LUTA E RESISTÊNCIA**

As interferências políticas sobre as cidades são de fato importante para a compreensão da construção das identidades sociais nos espaços das cidades. Intervenções que se mostrariam não apenas em um aspecto físico, econômico ou até mesmo sanitário, mas também formalizada em uma intervenção na moralidade dos indivíduos.

É importante perceber a difusão de uma percepção negativa interpelada aos espaços das favelas. Questões físicas e morais que iam contrário as das elites eram relacionadas a um determinado desajuste no modelo de modernização das cidades. Como ressalta Nascimento (2010) “[...] a presença da favela na área central da cidade se configura como uma importante contradição no espaço urbano.” (NASCIMENTO 2010, PAG.56)”

Para terceiros, a favela é uma forma de sobreviver: uma percepção de fuga, um ponto de partida, que ergue casebres de um dia para o outro, contra uma ordem segregadora e sem ética, mas em que nenhum momento se torna um espaço de acomodação e estagnação. As precárias condições de saúde associadas a esses locais são mostradas rotineiramente como sua marca de pobreza.

Segundo (MOURA JR, XIMENES, 2016), a composição identitária está fundamentada no fatalismo, cuja realidade de opressão de rigidez estrutural, cria um cenário de depreciamento, poder, opressão e rebaixamento pautados na hierarquia relativizando sujeito e mundo. Isso significa, que os indivíduos provenientes das favelas

nessa situação colocada e engessada, não visualizam horizontes de mudanças em sua vida, apresentando assim um cenário de conformismo.

Potencializando essa vertente, estão as interrupções de crescimento pessoal dos moradores desses ambientes pelo constante aumento das políticas neoliberais. A estigmatização do indivíduo trabalha como um instrumento para enfraquecer a sua capacidade de confrontar, de se fazer resistência. Ainda assim, vale salientar que tais pessoas, embora estejam em condições de precariedade, buscam alternativas e estratégias criativas para gerar novas vivências e panoramas. Essa reação a sociedade cerceadora, busca o rompimento da hierarquização e das visões de classes, modificando e transformando as barreiras sociais fabricadas para as favelas.

## **5. METODOLOGIA**

### **5.1 TIPO DE MÉTODOS**

Este trabalho é resultado de uma análise de campo qualitativa, realizada na comunidade do centro comunitário da cidade de Redenção-CE. Atualmente, muito se tem debatido acerca da criminalidade, estigmas e os mais variados tipos de violência que se desenvolvem dentro das comunidades e bairros menos favorecidos. Os conflitos herdados dessa crescente modernização urbana se expandem cada vez mais, dificultando as margens urbanas, espaços onde as forças públicas não se fazem presente de forma significativa e eficaz.

Buscando uma compreensão pautada na singularidade das estruturas sociais. O método de pesquisa qualitativa permite o aprofundamento nos fenômenos de formação humana, e aumenta a possibilidade de compreensão da complexidade dos aspectos singulares da vida social.

O método qualitativo traz várias possibilidades que permitem um maior aprofundamento no tema despertando também a sensibilidade em estudar os mais variados aspectos humanos, destacando a subjetividade posta no nosso meio social, aspectos importantes que serão trabalhados. Guerra (GEURRA, 2014, pg.10), em seu trabalho Manual de Pesquisas Qualitativas compreende a técnica como;

“O posicionamento metodológico para realizar pesquisas que defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente. Esse ponto de vista encaminha os estudos que têm como objeto os seres humanos aos métodos do tipo qualitativo.”

Reforçando os argumentos utilizados para o esclarecimento da importância e da relevância do sujeito enquanto organismo atuante no meio. Chizzotti (2010), ressalta que;

“A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.” (pg, 79)

## 5.2 TÉCNICAS UTILIZADAS

Optamos pela realização de uma busca de dados que trouxesse não apenas referências teóricas, mas também estudos a campo, que buscam nos moradores do Centro Comunitário experiências, e fatos que comprovem os objetos estudados, agregando e fortalecendo as informações aqui abordadas.

Este trabalho tem como objetivo geral, analisar a percepção de moradores/as sobre a atuação da polícia e criminalização da pobreza na comunidade do Centro Comunitário. Estudos que deverão ser feitos através da identificação ou estudo de caso, em que o pesquisador poderá recorrer às experiências passadas ou atuais do sujeito em busca de referências pautadas na vida real. Os estudos pautados nas histórias cotidianas dos indivíduos, possibilitam um maior aprofundamento que não é possível, apenas, com as pesquisas bibliográficas.

Além da identificação de caso, decidi por realizar entrevistas semiestruturadas, trabalhando em eventos cotidianos específicos e com a possibilidade de um diálogo mais aberto com o entrevistando;

“O entrevistador pode repetir ou esclarecer perguntas, especificar algum significado, oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz: registro de reações, gestos, etc. Também dar a oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.” (Claudia, 2008, pg.27) .

Entrevistas semiestruturadas são as possibilidades de aprofundamento pleno nos estudos de casos sociais.

### **5.3 DESCRIÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO**

O local onde a pesquisa será realizada é a comunidade do Morro do CC como é comumente conhecido pelos moradores, ou Centro Comunitário nome oficial. O Bairro está localizado na cidade de Redenção CE. Pela relação entre os moradores e as forças policiais é possível se perceber diversos fatores motivados pelas construções históricas de conhecimentos, assim como a grande influência externa sobre a comunidade, possibilitando caracterizações e estigmatizações para com as pessoas desses locais.

### **5.4 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES**

A interação do pesquisador com o organismo estudado é ferramenta importante para as pesquisas de cunho social. Para uma apreensão mais palpável nos estudos a campo, iremos direcionar os estudos à eventos cotidianos específicos, que acontecem dentro da comunidade. Os entrevistados devem ser pessoas que assumem efetivo papel social dentro da vivência do local, de modo a expressar de maneira verdadeira e coerente um posicionamento a partir de suas vivências e experiências dentro da comunidade, faz-se esse perfil, qualquer um que tenha presenciado ou vivenciado algum ato negativo vindo das forças do Estado. Assim como sujeitos que voluntariamente queiram expressar-se sobre acontecimentos que se relacionem ao presente projeto e que possam acrescentar à pesquisa.

Entrevista de indivíduos passivos que pela sua própria condição, não se importam em compartilhar o próprio posicionamento sobre aspectos relacionados tanto a neutralidade de políticas públicas ou pelas conjunturas de opressão ao seu lugar, sua retórica também se faz importante de modo a buscar traçar justificativas que o levaram a aceitar tal condição, e como esses determinados pensamentos podem implicar no ambiente onde o sujeito reside assumindo características neutras ou de resistência.

Sobre as escolhas e direcionamento das vertentes, diferentes esquemas de estigmatização podem ser traçados de modo a se formular perfis tanto de indivíduos, como de formação de pensamento individual e de grupo. Logo é pertinente pensar que o público alvo deve levar em conta diferentes perspectivas de vida e como essas análises impactam no desenvolvimento da favela.

## 5.5 ANÁLISES REALIZADAS

Preferi a prática da análise qualitativa de conteúdo em que após a definição do material é realizado o destaque de determinadas partes consideradas importantes para o desenvolvimento e abordagem. Feito isto, busca-se uma análise sobre o sujeito entrevistado, no presente caso, o mesmo terá que fazer parte do cotidiano da comunidade e que tenha algum tipo de vivência relacionada ao tema da pesquisa, a entrevista deverá ser gravada e transcrita fielmente segundo as falas dos sujeitos envolvidos.

Flick (2009) possui três técnicas de análises qualitativas do conteúdo, no qual destaco a que será usada aqui. O autor a reconhece como a síntese de análise de conteúdo, em que pesquisador elucida apenas alguns pontos relevantes do material recolhido, construindo a partir delas representações teóricas e a relacionando a outros estudos que reforcem a veracidade e o impacto dos pontos destacados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elevado índice de desigualdade nas periferias é resultado de um falido plano de modernização que objetificou os espaços e relações tornando invisível as subjetividades morais dos sujeitos. A marginalização das favelas é resultado de uma política que não valoriza e não visualiza esses lugares, os inviabilizando e criando uma negativa imagem para o restante da sociedade.

Esses aspectos negativos estão intimamente ligados a construção e modernização das cidades. Quando os centros urbanos passaram a ser valorizados pela burguesia e visualizados como singularidade da expansão do capital, o mesmo se tornou espaço de exclusão, onde conglomerados sociais precários não poderiam se fazer presente, pois era uma contradição da tão sonhada modernidade. Nesse contexto é importante ressaltar que essa precarização é marca de uma constituição que não valoriza e não visa as periferias, tornando-as esquecidas frente as pautas de melhorias.

Características de exclusão étnica é o fruto de anos de escravidão e opressão enraizada na história da humanidade. A predominância das classes burguesas formadas quase que completamente por brancos, ocupando uma posição acima de outros grupos étnicos é fator importante para os atuais desfechos sociais. Se faz cada vez mais

presente, uma necessidade pela criação de uma constituinte que busque promover a equidade das favelas frente à toda sociedade, como espaço caracterizado por particularidades e valores próprios condicionados em sua cultura e visão de mundo, além de poder ser um modelo alternativo para implantação de políticas de desenvolvimento humano.

## 7. REFERÊNCIAS

GUERRA, E. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: ANIMA EDUCAÇÃO, p.10, 2014.

NASCIMENTO, C. **Programa ética e cidadania- Construindo valores na escola e na sociedade: estudo de caso**. Ministério da Educação, Brasília, p.27, 2008.

SILVA, M. J. **A favela e sua origem histórica**. Disponível em:

<https://www.dm.com.br/opinioao/2017/06/favela-e-sua-origem-historica.html> , 2017.

GONÇALVES, A. B. R. NASCIMENTO, D. A. **Favela, espaço e sujeito: Uma relação conflituosa**. IPOTESI, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 51-62, jul-dez. 2011.

JUNIOR, M. **Revolta da vacina: conheça as causas e consequências dessa história**. Disponível em:

<https://www.estudopratico.com.br/revolta-da-vacina-conheca-as-causas-e-consequencias-desta-historia/>, 2018.

FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** , 2013.

IBGE, “**A Síntese dos Indicadores Sociais 2008 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**”. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2008.

PREUSSLER, G. CORDAZZO, K. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente Jock Young**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/28924>, 2018.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil – afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 11, 2006.

**RELATÓRIO ANUAL VOLUNTÁRIO**. Disponível em: < ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))>, 2017.

**THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS REPORT**, United Nations New York, 2016.

MOURA, J. XIMENES, V. **A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora**. *Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan-abr. 2016.

DA MATTA, R. **Uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes. p.79, 2010.

MOURA, J. SARRIERA, J. C. **Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: Caminhos possíveis**. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F.. (Org.). *Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências*. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editoria, v. 1, p. 263-288. 2016.

BRETAS, M. ROSEMBERG, A. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan-jul. p.163, 2013.

LIMA, R. S. BUENO, S. MINGARDY, G. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. *Revista DIREITO GV*, 2016.

LOCHE, Adriana. **A letalidade de ação policial: parâmetros para análise**. Tomo – *Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 17 jul-dez., 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia civil de Pernambuco: o desafio da reforma**, Recife: UFPE, 2003.

UWE, Flick. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**, Porto Alegre: Artmed, 2009.